

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.329 - MG (2019/0358240-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : JANY LOURENCO BARBOSA (PRESO)
ADVOGADO : ARLLEY ABELHA BRAGA LOPES E OUTRO(S) - MG101840
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JANY LOURENCO BARBOSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.19.100928-1/000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 22/1/2019, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 157, § 2º, inc. II, IV e V, § 2º-A, inc. I, art; 288, parágrafo único, ambos do Código Penal e art. 28 da Lei n. 11.343/06 (roubo circunstanciado, associação criminosa e porte de drogas para consumo próprio). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Alegando excesso de prazo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - ROUBO QUALIFICADO - EXCESSO DE PRAZO - OFERECIMENTO DA DENÚNCIA - ORDEM DENEGADA.

- Eventual excesso de prazo encontra-se prejudicado, se no curso do habeas corpus há o oferecimento da denúncia (fl. 159).

No presente recurso, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo, pois passados 275 dias da prisão do recorrente, a denúncia sequer havia sido recebida. Ressalta que a mora processual não ocorre por culpa da defesa.

Requer, assim, em liminar e no mérito, que seja determinada a soltura do recorrente.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator